

Diário do Legislativo de 17/07/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 61ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 47ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.3 - Reunião de Comissões

2 - MATÉRIA VOTADA

2.1 - Plenário

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATAS

ATAS

ATA DA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 15/7/2009

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - Questão de ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Mensagem nº 386/2009 (encaminhando o Projeto de Lei nº 3.538/2009), do Governador do Estado - Ofício nº 29/2009, do Presidente do Tribunal de Contas - Ofícios e cartão - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 3.539 a 3.545/2009 - Requerimentos nºs 4.262 a 4.269/2009 - Requerimento da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Irani Barbosa, Adalclever Lopes, Weliton Prado e Juarez Távora - Questão de ordem - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmolo Aloise - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Questão de Ordem

O Deputado Gilberto Abramo - Não há quórum para abrir a reunião. Não há 26 Deputados, há menos de 20 em Plenário.

O Sr. Presidente - Deputado Gilberto Abramo, a reunião foi aberta com o registro de presença de 35 Deputados.

O Deputado Gilberto Abramo - Sr. Presidente, quero saber, mediante o Regimento Interno, se o que vale é o que está em Plenário ou no livro e se o Deputado que passar pelo canto é contado como presença. Solicito explicações.

O Sr. Presidente - Informamos ao Deputado Gilberto Abramo que a Presidência abriu a reunião por haver 35 Deputados já registrados em lista.

O Deputado Gilberto Abramo - Aqui não há esse número de Deputados presentes, a não ser que eu esteja cego. Basta fazermos a contagem e verificarmos se estão presentes 35 Deputados. Não há lógica, por isso solicito recomposição de quórum. Do contrário, peço a V. Exa. que encerre esta reunião, por não ter havido quórum para sua abertura.

O Sr. Presidente - A Presidência fará, logo após a leitura da ata, a recomposição de quórum.

O Deputado Gilberto Abramo - Depois não, antes, Sr. Presidente, pois não havia quórum nem para abrir esta reunião.

O Sr. Presidente - É regimental. Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Hely Tarquínio) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 47 Deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Sargento Rodrigues, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, nas funções de 1º-Secretário, lê a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 386/2009*

Belo Horizonte, 14 de julho de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para exame dessa egrégia Assembleia Legislativa, o projeto de lei incluso, que dá a denominação de Escola Estadual Agmar Gomes do Couto, de ensinos fundamental e médio na modalidade de educação de jovens e adultos - EJA, à Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio - EJA, no Município de Pará de Minas.

O projeto encaminhado tem o objetivo de prestar homenagem à memória de Agmar Gomes do Couto, que desempenhou um papel muito importante na área da educação no Município, pois, de origem pobre, com bastante dificuldade graduou-se em História, atuou em várias escolas da rede pública, destacando-se como professor entusiasta, criativo, dinâmico e comprometido com a sua missão de educador, conseguindo transferir a todos os que o cercavam valores como respeito, responsabilidade, generosidade, solidariedade e ética, sendo profissional muito querido na região.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência as expressões de meu elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado.

Justificação

O presente projeto de lei propõe que seja dada a denominação de Escola Estadual Agmar Gomes do Couto, de ensinos fundamental e médio na modalidade de educação de jovens e adultos - EJA -, à Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio - EJA -, localizada na Penitenciária Doutor Pio Canedo/PDPC, situada na Estrada dos Costas, s/nº, no Município de Pará de Minas.

Agmar Gomes do Couto era o nono filho de uma família numerosa e de poucos recursos financeiros, cujos pais tiveram que trabalhar muito

para criar os filhos, mas o fizeram sempre com muito amor e deram a eles o mais importante: uma boa educação, baseada em valores como respeito, responsabilidade, generosidade, solidariedade e ética.

A sua vida foi norteada por esses princípios, os quais despertaram-lhe o desejo de ingressar na área da educação. Foi aluno exemplar e, apesar das dificuldades, graduou-se em História, atuando em várias escolas da rede pública nas quais se destacou como professor entusiasta, criativo, dinâmico e comprometido com a sua missão de educar, sendo muito querido pelos alunos, colegas, funcionários e direção das escolas onde atuou.

Agmar gostava muito de aproveitar tudo de bom que a vida oferece: viagem, festas, músicas, sempre em companhia dos amigos. Em um desses passeios, quando curti o domingo de 26 de outubro de 2008, ao sair de um clube, foi atropelado por um motorista que dirigia em alta velocidade provocando-lhe vários ferimentos e, como consequência, a sua morte. Essa tragédia deixou um grande vazio em sua família, seus amigos e nas escolas às quais ele tanto se dedicou.

Por ter sido profissional querido e respeitado, nada mais justo do que homenageá-lo, dando o seu nome a essa escola.

O homenageado nasceu no dia 27/4/1970 e faleceu no dia 26/10/2008.

Cumpramos ressaltar que, no Município de Pará de Minas, não existem estabelecimento, instituição nem próprio público do Estado com igual denominação.

Mediante o exposto, a denominação ora proposta guarda plena conformidade com os requisitos fixados pela Lei nº 13.408, de 21/12/1999, que dispõe sobre a denominação de estabelecimento, instituição ou próprio público do Estado, estando, assim, em condições de ser submetida ao exame da egrégia Assembleia Legislativa do Estado.

Belo Horizonte, 30 de junho de 2009.

Vanessa Guimarães Pinto, Secretária de Estado de Educação.

Projeto de lei nº 3.538/2009

Dá a denominação de Escola Estadual Agmar Gomes do Couto, de ensinos fundamental e médio na modalidade de educação de jovens e adultos - EJA -, à Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio - EJA -, no Município de Pará de Minas.

Art. 1º - Fica denominada Escola Estadual Agmar Gomes do Couto, de ensinos fundamental e médio na modalidade de educação de jovens e adultos - EJA -, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio - EJA -, localizada na Penitenciária Doutor Pio Canedo - PDPC -, situada na Estrada dos Costas, s/nº, no Município de Pará de Minas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

"OFÍCIO Nº 29/2009*

Belo Horizonte, 6 de julho de 2009.

Senhor Presidente,

Levo ao conhecimento de Vossa Excelência que, na Sessão Plenária Extraordinária realizada em 25 de junho de 2009, conforme ata publicada no Minas Gerais do dia 1º/07/2009, este eg. Tribunal apreciou o Balanço Geral do Estado de Minas Gerais, exercício de 2008, emitindo o parecer prévio pela aprovação das contas, por unanimidade, nos termos do art. 240, I, do Regimento Interno e dos votos da Conselheira Relatora e do Conselheiro Revisor, com recomendações e determinações.

Comunico, outrossim, que cópias das notas taquigráficas, do relatório da unidade técnica, bem como dos pareceres da Auditoria e do Ministério Público serão enviadas posteriormente, nos termos do art. 234, parágrafo único, I.

Valho-me da oportunidade para reafirmar a Vossa Excelência a expressão de elevado apreço.

Wanderley Ávila, Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais."

(- Anexe-se à Mensagem nº 350/2009.)

* - Publicado de acordo com o texto original.

OFÍCIOS

Da Sra. Maria Paula Dallari Bucci, Secretária de Educação Superior do Ministério da Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.737/2009, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.933/2009, da Comissão Extraordinária para o Enfrentamento da Crise Econômico-Financeira Internacional.

Do Sr. Cleonilson Nicácio Silva, Presidente da Infraero (3), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 3.333, 3.334, 3.336, 3.344 e 3.346/2009, da Comissão Especial dos Aeroportos .

Do Sr. Luís André Muniz, Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas da Agência Nacional de Águas, comunicando a celebração do convênio que menciona, entre essa Agência, o Igam, o Estado e o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Joaquim Alves de Andrade, Coordenador do Projeto Novos Rumos na Execução Penal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.000/2009 , do Deputado Weliton Prado .

Do Sr. Dilzon Melo, Secretário de Desenvolvimento Regional, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.836/2009 , da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Fuad Noman, Secretário de Transportes (2), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 3.960 e 3.961/2009 , do Deputado Weliton Prado.

Do Sr. Gilman Viana Rodrigues, Secretário de Agricultura, comunicando a impossibilidade de seu comparecimento à audiência pública da Comissão de Meio Ambiente realizada em Pará de Minas e informando o nome de seus representantes no evento. (- À Comissão de Meio Ambiente.)

Do Sr. José Carlos Carvalho, Secretário de Meio Ambiente, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.771/2008, em atenção a pedido da Comissão de Meio Ambiente. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.771/2008 .)

Do Sr. Marcus Pestana, Secretário de Saúde e Gestor do SUS-MG, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.462/2008, em atenção a pedido da Comissão de Justiça. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.462/2008.)

Do Sr. Paulo Eduardo Rocha Brant, Secretário de Cultura, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 851/2007, em atenção a pedido da Comissão de Justiça. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 851/2007.)

Da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento (2), prestando informações relativas aos Projetos de Lei nºs 3.439 e 3.367/2009. (- Anexem-se aos respectivos projetos.)

Do Sr. José Rogério Moreira Santana, Presidente da Câmara Municipal de Mauá (SP), encaminhando cópia de moção do Vereador Manoel Lopes, aprovada por essa Casa, em que é formulado apelo aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados com vistas à legalização das casas de bingo. (- À Comissão do Trabalho.)

Da Sra. Cleide Izabel Pedrosa de Melo, Diretora-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam -, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.814/2009, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG (2), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 3.991/2009, da Comissão de Transporte, e 3.530/2009, do Deputado Juninho Araújo.

Do Sr. José Silva Soares, Presidente da Emater-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.866/2009, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Márcio Nunes, Diretor-Presidente da Copasa-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.637/2009, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil (2), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 3.853/2009, da Comissão de Participação Popular, e 3.884/2009, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Alysson Paixão de Oliveira Alves, Superintendente Regional do Trabalho e Emprego, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.942/2008, da Comissão do Trabalho.

Do Sr. Carlos Alberto Pavan Alvim, Subsecretário da Casa Civil (3), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 3.017/2009, da Comissão de Direitos Humanos, 3.962/2009, do Deputado Weliton Prado, e 3.608/2009, do Deputado Neider Moreira.

Do Sr. Genilson Ribeiro Zeferino, Subsecretário de Administração Prisional, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.916/2009, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Marilena Chaves, Subsecretária de Indústria, Comércio e Serviços, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.631/2009, da Comissão de Participação Popular.

Da Sra. Luciana Marques Coutinho, Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região (substituta), prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.932/2009, da Comissão **Extraordinária para o Enfrentamento da Crise Econômico-Financeira Internacional**.

Do Sr. Cláudio de Souza, Corregedor do Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão de Direitos Humanos encaminhado pelo Ofício nº 1.409/2009/SGM.

Do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do FNDE (2), informando a liberação dos recursos financeiros que menciona, destinados a garantir a execução de programas desse Fundo. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Joaquim Carlos Salgado, Diretor da Faculdade de Direito da UFMG, indicando representantes dessa instituição para os debates comemorativos dos 20 anos da Constituição mineira.

Do Sr. Marcos José Mendes de Carvalho, Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.767/2009, do Deputado Célio Moreira.

Do Sr. Marx Fernandes dos Santos (2), Gerente Regional de Negócios da CEF, informando a liberação de recursos financeiros do orçamento geral da União e do FGTS referentes às parcelas dos contratos que menciona. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Milton Sabino, Delegado de Polícia, justificando seu não comparecimento em reunião de audiência pública e pedindo desculpas por essa ausência. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Do Sr. Murilo Andrade de Oliveira, Superintendente de Articulação Institucional e Gestão de Vagas da Subsecretaria de Administração Prisional da Secretaria de Estado de Defesa Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.028/2009, da Comissão de Segurança Pública.

Do Sr. Sebastião de Abreu Ferreira, Superintendente Regional do DNIT no Estado de Minas Gerais (substituto), prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.992/2009, da Comissão de Transporte.

Do Sr. Tadeu Barreto Guimarães, Coordenador Executivo do Programa Estado para Resultados, encaminhando exemplar do "Caderno de Indicadores 2009 - Indicadores da Gestão por Resultados do Governo do Estado de Minas Gerais". (- À Comissão de Administração Pública.)

Do Sr. Sérgio Henrique Carrato, prestando informações relativas ao requerimento da Deputada Gláucia Brandão encaminhado por meio do Ofício nº 1.404/2009/SGM, de 18/7/2009.

CARTÃO

Da Sra. Cláudia Lyra Nascimento, Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.489/2009, do Deputado Braulio Braz.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 3.539/2009

Declara de utilidade pública a Corporação Musical Nossa Senhora do Bom Despacho, com sede no Município de Bom Despacho.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Corporação Musical Nossa Senhora do Bom Despacho, com sede no Município de Bom Despacho.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de julho de 2009.

Cecília Ferramenta

Justificação: A Corporação Musical Nossa Senhora do Bom Despacho é associação sem fins lucrativos com personalidade jurídica própria e prazo de duração indeterminado. A instituição tem por finalidade promover atividades socioculturais para a comunidade, visando a difundir a música, transformando-a em centro de integração e desenvolvimento comunitário. Para tanto, promove e executa projetos, programas e promoções de ação, como colônia de férias, atividades culturais e sociais. Diante do exposto, julgamos mais que procedente que receba o título de utilidade pública, pois, de fato, a entidade exerce esse papel.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.540/2009

Autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a fazer reverter ao Município de Belo Horizonte o imóvel com área 36.082,50m² (trinta e seis mil e oitenta e dois vírgula cinquenta metros quadrados), situado naquele Município, registrado sob o nº 9.292, no Livro nº 2 do Cartório do 7º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Belo Horizonte.

Parágrafo único - O imóvel de que trata o "caput" deste artigo destina-se a instalação da Gerência de Manutenção da Secretaria de Administração Regional Municipal Barreiro.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de julho de 2009.

Célio Moreira

Justificação: Administrar com transparência e eficiência é o grande desafio da 3ª maior capital do Brasil. Por isso, Belo Horizonte foi dividida em nove grandes regiões administrativas para descentralizar vários serviços prestados pela Prefeitura de Belo Horizonte e facilitar a vida dos moradores de cada região.

Cada uma das secretarias de administração regional funcionam como mini-prefeituras e estão subdivididas em duas grandes áreas: social e urbana.

A Gerência de Manutenção da Secretaria de Administração Regional Municipal Barreiro é responsável por planejar, implementar e fiscalizar a execução dos serviços e obras de manutenção de vias, infraestrutura urbana e edificações públicas, como escolas e centros de saúde, além da preservação e conservação das áreas verdes localizadas na região. Outra importante atribuição dessa Gerência é o monitoramento das áreas de risco, o acompanhamento de obras emergenciais nessas áreas e plantões em época de chuva. Logo, não restam dúvidas da importância dessa Gerência para a região do Barreiro.

A proposição tem por objetivo conferir autorização legislativa para que o Poder Executivo possa fazer reverter ao Município de Belo Horizonte, imóvel situado na Comarca de Belo Horizonte constituído de uma área de terras com 36.082,50m² localizado no Bairro Milionários-Barreiro de Cima.

É importante ressaltar que o projeto está de acordo com a regra estabelecida no art. 18 da Constituição Estadual que exige autorização legislativa para alienação de imóvel do Estado. Também está em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 1993, que regulamenta o art. 37, XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da administração pública, que impõe, no art. 17, além da referida autorização, a necessidade de existência de interesse público devidamente justificado.

Tal exigência está plenamente atendida no parágrafo único do art. 1º do projeto, que destina o imóvel a ser doado à instalação da Gerência de Manutenção da Secretaria de Administração Regional Municipal Barreiro.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.541/2009

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro São José, com sede no Município de Timóteo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro São José, com sede no Município de Timóteo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de julho de 2009.

Djalma Diniz

Justificação: A Associação Comunitária do Bairro São José, com sede na Av. São João, nº 551, Município de Timóteo, é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que não remunera os membros de sua administração sob nenhum pretexto e reverte a totalidade das receitas e rendas apuradas à consecução de suas finalidades estatutárias. Tem por objetivo promover a integração e o bem-estar dos seus associados e assistidos, através do desenvolvimento de ações nas áreas de assistência social, saúde, esportes e capacitação profissional.

A instituição preenche os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública. Assim, espero contar com o apoio dos nobres pares à aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.542/2009

Reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades da maçonaria localizadas em Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Ficam reconhecidos o relevante interesse coletivo, a importância social de suas obras e a utilidade pública das unidades da maçonaria localizadas em Minas Gerais.

§ 1º - A declaração de utilidade pública de cada maçonaria, unidade autônoma e dotada de personalidade jurídica própria, se fará por lei específica, na forma da Lei nº 12.972, de 27 de julho de 1998.

§ 2º - O reconhecimento de que trata o "caput" deste artigo é extensivo às associações constituídas em Minas Gerais que se dedicam à assistência dos desvalidos, cujas declarações de utilidade pública seguirão o disposto no § 1º.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de julho de 2009.

Doutor Viana

Justificação: A maçonaria é uma associação de carácter universal, cujos membros cultivam a [filantropia](#), a [justiça social](#), o [aclassismo](#), a [humanidade](#), os princípios da [liberdade](#), da [democracia](#) e da [igualdade](#), o aperfeiçoamento intelectual e a [fraternidade](#). É assim uma associação [iniciática](#), [filosófica](#), [filantrópica](#) e [educativa](#). Os maçons estruturam-se e reúnem-se em células autônomas, designadas por oficinas, ateliês ou, como são mais conhecidas e corretamente designadas, lojas, "todas iguais em direitos e honras, e independentes entre si".

A origem da maçonaria brasileira remonta ao princípio do século XIX, sendo a primeira loja fundada em 1802 pelo botânico [Manoel Arruda Câmara](#), com o nome de [Areópago de Itambé](#).

Assim, diante de todo o exposto, contamos, uma vez mais, com o indispensável apoio de nossos nobres pares à aprovação do importante reconhecimento das maçonarias mineira e brasileira.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e do Trabalho para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.543/2009

Declara de utilidade pública a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Monsenhor Antônio Gomes Soares - Oscip Monsa -, com sede no Município de Almenara.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Monsenhor Antônio Gomes Soares - Oscip Monsa -, com sede no Município de Almenara.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de julho de 2009.

Carlos Gomes

Justificação: O trabalho realizado pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Monsenhor Antônio Gomes Soares - Oscip Monsa - consiste de atividades relacionadas ao artesanato, cultura regional e meio ambiente e é de suma importância para a população de Almenara e do Vale do Jequitinhonha, pois atende às demandas de uma das regiões mais carentes do Estado.

É uma entidade com personalidade jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos e de duração indeterminada e tem como um dos objetivos principais zelar pelos menores infratores em parceria com o Juizado da Infância e da Adolescência, visando reintegrá-los na sociedade e prepará-los para o mercado de trabalho.

Conforme documentação apresentada, comprova-se que os membros de sua diretoria são pessoas reconhecidamente idôneas e não recebem nenhum tipo de remuneração pelo exercício de suas funções.

A concessão do título declaratório de utilidade pública é de extrema importância para a instituição, pois somente com essa documentação poderá firmar parcerias com órgãos estaduais, com vistas principalmente à ampliação do atendimento aos associados e à comunidade em geral.

Pelo exposto, contamos com o apoio de nossos pares à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.544/2009

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Resende Costa o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Resende Costa imóvel com área de 3.000m² (três mil metros quadrados), situado na Praça Marcos dos Reis, Centro, nesse Município, registrado, sob o número 4.483, à fl. 258 do Livro 3-B do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Resende Costa.

Parágrafo único - O imóvel a que se refere o "caput" deste artigo destina-se à construção de uma policlínica.

Art. 2º - O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado, se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de julho de 2009.

Carlos Gomes

Justificação: O imóvel de que trata este projeto de lei foi doado ao Estado pelo Município de Resende Costa no ano de 1969, para construção de uma escola estadual, a qual não ocorreu. Mais tarde, o Município instalou em parte do terreno um posto de saúde.

O Município pleiteia a transferência do imóvel ao seu patrimônio, para construir uma policlínica, com recursos disponibilizados pelo Governo Federal, a qual trará enormes benefícios para a população local.

Por tais motivos, contamos com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.545/2009

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária do Riacho e Jardim Vera Cruz - Acrijavec -, com sede no Município de Contagem.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária do Riacho e Jardim Vera Cruz - Acrijavec -, com sede no Município de Contagem.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de julho de 2009.

Carlin Moura

Justificação: A Associação Comunitária do Riacho e Jardim Vera Cruz - Acrijavec -, com sede no Município de Contagem, foi fundada em 3/12/84 e é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e com prazo de duração indeterminado.

Essa Associação está em pleno e regular funcionamento há mais de um ano, cumprindo suas finalidades estatutárias e sociais. São seus objetivos promover o esporte, o lazer e a cultura entre os moradores dos Bairros Riacho das Pedras e Jardim Vera Cruz e associados visando a harmonização dessas pessoas. Além disso, promove encontros com os moradores da comunidade para discutir problemas comuns nos bairros, buscando meios para resolvê-los.

A concessão do título declaratório de utilidade pública estadual é de grande importância para a Associação, pois, com essa documentação, poderá firmar parcerias com órgãos públicos estaduais, ampliando dessa maneira seu trabalho e contribuindo assim com o Estado no seu dever de proporcionar vida digna a todos os cidadãos.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 4.262/2009, do Deputado Antônio Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Três Pontas pelo fato de esse Município ter-se colocado entre os 30 melhores do País no que se refere a responsabilidade fiscal e social. (- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Wander Borges. Anexe-se ao Requerimento nº 4.237/2009, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 4.263/2009, do Deputado Délio Malheiros, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. José Ataíde Lacerda por ter sido agraciado com a Medalha do Mérito Desportivo, conferida pelo governo estadual. (- À Comissão de Educação.)

Nº 4.264/2009, do Deputado Domingos Sávio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o maestro Nivaldo de Oliveira Santiago por seu 80º aniversário. (- À Comissão de Cultura.)

Nº 4.265/2009, do Deputado Jayro Lessa, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a União Ruralista Rio Doce - URRD - pelos 40 anos da Exposição Agropecuária de Governador Valadares - Expoagro. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Nº 4.266/2009, do Deputado Wander Borges, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Liga Municipal de Desportos de Sabará por seus 67 anos de fundação.

Nº 4.267/2009, do Deputado Ademir Lucas, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Universidade Federal de Viçosa por seus 40 anos de federalização. (- Distribuídos à Comissão de Educação.)

Nº 4.268/2009, do Deputado Rômulo Veneroso, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os Cadetes do Curso de Formação em Ciências Militares - Defesa Social, da Academia de Polícia Militar do Estado. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.269/2009, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Saúde pedido de providências para que se realize com urgência a cirurgia de que necessita o paciente Edenilson Assis Ribeiro, vítima de trauma em ação que envolveu um policial militar. (- À Comissão de Saúde.)

- É também encaminhado à Mesa requerimento da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado, cujo teor foi publicado na edição anterior.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Irani Barbosa, Adalclever Lopes, Weliton Prado e Juarez Távora proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

Questão de Ordem

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, eu teria uma matéria importante para discorrer, mas o prazo é pequeno. No mais, não há quórum para continuar nossa reunião. Solicito de V. Exa. o encerramento de plano da reunião.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.949/2008 e 3.440/2009 e, em 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.396 e 2.438/2008, uma vez que permaneceram em ordem do dia por seis reuniões.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, desconvocando a extraordinária de logo mais, às 20 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 16, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 13/7/2009

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Votação de Requerimentos: Requerimento nº 381/2007; votação do Substitutivo nº 1; aprovação; verificação de votação; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; questão de ordem; chamada para a recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.384/2009; discurso do Deputado Antônio Júlio; questão de ordem - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Sargento Rodrigues - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Cecília Ferramenta - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Doutor Rinaldo - Duarte Bechir - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Neider Moreira - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 14h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, a Sra. 2ª-Secretária, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- A Deputada Cecília Ferramenta, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

O Sr. Presidente - Com muita alegria, registramos que ontem aniversariaram os colegas Deputados Sebastião Costa e Vanderlei Miranda. Que Deus continue a derramar bênçãos e a iluminá-los na vida e na missão a eles determinada! Felicidades, parabéns, são esses os votos da Mesa da Assembleia e de todos os Deputados.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e de requerimentos.

Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento nº 381/2007, da Comissão de Educação, que solicita seja encaminhado pedido de informações ao Governador do Estado e ao Vice-Governador do Estado com vistas a esclarecimentos sobre as aposentadorias dos profissionais da educação designados para o exercício de função pública que já implementaram os requisitos constitucionais para tal ato, conforme legislação que menciona. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico; para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência informa ainda que terá computada a presença, para efeito de quórum, do Deputado que permanecer em Plenário, e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram 14 Deputados. Portanto, não há quórum para votação. A Presidência a torna sem efeito.

Questão de Ordem

O Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, solicito recomposição de quórum.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Sargento Rodrigues) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 26 Deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Não havendo quórum para votação, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a apreciação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.384/2009, do Governador do Estado, que concede isenção tributária vinculada à realização da Copa das Confederações da Fifa de 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público, queria encaminhar um projeto importante.

Questão de Ordem

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, V. Exa. pode verificar que não há quórum. Portanto, solicito-lhe que encerre, de plano, a reunião, para que possamos fazer o pronunciamento no dia em que houver quórum.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.976/2007, 2.549/2008, 3.187, 3.269, 3.284 e 3.312/2009 e, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.690/2008, uma vez que permaneceram em ordem do dia por seis reuniões.

A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao Projeto de Lei nº 3.187/2009 uma emenda do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que recebeu o nº 4, e, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha a emenda com o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, para parecer. Informa, ainda, que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao Projeto de Lei nº 2.690/2008 uma emenda do Deputado Ademir Lucas, que recebeu o nº 1 e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, será submetida a votação independentemente de parecer, no momento oportuno.

- O teor das emendas apresentadas é o seguinte:

EMENDA Nº 4 AO PROJETO DE LEI Nº 3.187/2009

Acrescentem-se ao art. 3º os seguintes parágrafos:

Art. 3º - (...)

§ ... - O mandato do Ouvidor será de dois anos a contar da data de publicação da sua nomeação pelo Governador do Estado, permitida uma única recondução.

§ ... - O Ouvidor somente será destituído do cargo em caso de falta grave devidamente comprovada.

Sala das Reuniões, 13 de julho de 2009.

Adelmo Carneiro Leão

Justificação: A emenda busca critérios que possibilitem melhor alcance dos objetivos pelos quais o cargo será criado.

EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 2.690/2008

Acrescente-se o seguinte art. 2º ao vencido em 1º turno:

"Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Reuniões, 13 de julho de 2009.

Ademir Lucas

Justificação: No decorrer da tramitação do Projeto de Lei nº 2.690/2008, que dispõe sobre a afixação de aviso sobre o direito do idoso de ter acompanhante nas unidades de saúde do Estado, constatou-se a omissão da cláusula de vigência, o que acarretaria entrada em vigor da norma 45 dias após sua publicação. Entendemos, no entanto, que, em face da sua relevância, a norma deve entrar em vigor na data de sua publicação, motivo pelo qual apresentamos esta emenda ao vencido em 1º turno.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de logo mais, às 20 horas, e de amanhã, dia 14, às 9 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 14/7/2009.). Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 14ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE MEMBROS DAS COMISSÕES PERMANENTES (§ 1º DO ART. 204 DO REGIMENTO INTERNO) NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 18/12/2008

Às 9h35min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Elisa Costa e os Deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; o Deputado Lafayette de Andrada, membro da Comissão de Membros das Comissões Permanentes (§ 1º do art. 204 do Regimento Interno). Está presente, também, o Deputado Carlin Moura. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Suspende-se a reunião. Às 12h48min, são reabertos os trabalhos. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.785/2008 com as Emendas nºs 20, 52, 55, 56, 123, 155, 159, 161, 191, 196 a 202, 205, 211, 213, 215, 222, 243 a 250, 252 a 258, 261 a 273, 275, 276, 278, 279, 281, 282, 285, 287, 289, 290, 292 a 295, 297 a 303, 305 a 322, 324 a 326, 329, 330, 334 a 336, 338 a 350, 352 a 354, 357, 361 a 371, 373 a 376, 378 e 379, apresentadas por parlamentares e pela Comissão de Participação Popular; as Emendas nºs 380 a 390 e 392 a 404, a Subemenda nº 1 às Emendas nºs 2, 9 a 11, 19, 21, 23 a 25, 28, 40, 42, 47, 49 a 51, 58, 61, 63, 70, 87, 89, 93, 108, 115, 117, 121, 132, 136, 154, 166, 176, 193, 210, 214, 216, 223, 227, 228, 234, 242, 251, 259, 260, 277, 283, 286, 291, 296, 304, 323, 327, 328, 332, 333, 351, 358, 372 e 377 e as Subemendas nºs 1 e 2 à Emenda nº 190, apresentadas neste parecer; e pela rejeição das Emendas nºs 14, 22, 29 a 34, 36 a 39, 41, 43, 44, 46, 53, 54, 57, 66, 73, 74, 76 a 86, 92, 94 a 96, 100, 105, 106, 113, 116, 118 a 120, 127 a 130, 133 a 135, 138, 139, 141, 145, 146, 157, 158, 160, 162 a 165, 171, 177 a 189, 192, 194, 195, 203, 204, 206 a 208, 212, 217 a 221, 224, 225, 229, 230, 233, 235, 236, 240 e 241 (relator: Deputado Lafayette de Andrada). O Deputado Jayro Lessa se retira da reunião. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.786/2008 com as Emendas nºs 28, 49 a 51, 54 a 80, 83 a 95, 147 a 155, 162 a 176, 178 a 226, 228 a 240, 242 a 247, 251 a 260, 262 a 274, 288, 291 a 295, 298 a 301, 303 a 307, 313 a 346, 359 a 362, 365 a 378, 380 a 386, 419, 421 a 431, 435 a 474, 476 a 483, 506 a 513, 516 a 521, 523, 547 a 582, 584 a 588, 591 a 593, 595, 596, 598 a 612 e 624 a 644, apresentadas por parlamentares; com as Emendas nºs 96 a 146, apresentadas pela Comissão de Participação Popular; com as Emendas nºs 645 a 704 e a Subemenda nº 1 às Emendas nºs 9, 12, 13, 15, 52, 81, 157, 241, 279, 281 a 283, 285, 290, 296, 302, 309, 311, 347, 353, 356, 475, 514, 515, 522, 589, 590 e 594, apresentadas ao final deste parecer; e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 8, 10, 11, 14, 16 a 22, 29 a 45, 47, 82, 156, 158 a 161, 248 a 250, 261, 275 a 278, 284, 286, 287, 289, 297, 308, 312, 348 a 352, 354, 355, 357, 358, 363, 364, 379, 387 a 418, 420, 432 a 434, 484 a 505, 524 a 544, 546, 583, 597 e 613 a 623 (relator: Deputado Zé Maia). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de julho de 2009.

Zé Maia, Presidente - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Inácio Franco.

Ata da 14ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 17/6/2009

Às 15h2min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Ademir Lucas, Sebastião Helvécio e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Cecília Ferramenta, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Helvécio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e passa à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento da Deputada Cecília Ferramenta em que solicita seja realizada visita desta Comissão, juntamente com a bancada feminina desta Casa, ao Centro Integrado de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar - CIM -, com o objetivo de conhecer e divulgar os serviços disponibilizados à mulher vítima de violência. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2009.

Cecília Ferramenta, Presidente - Rosângela Reis - Juninho Araújo - Carlos Gomes.

Ata da 1ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO ESPECIAL PARA INDICAÇÃO DE CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS, em 30/6/2009

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Adalclever Lopes, Wander Borges, Elmiro Nascimento e Adelmo Carneiro Leão, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Sávio Souza Cruz, Ademir Lucas, Irani Barbosa, Sebastião Helvécio, Hely Tarquínio, Rêmoló Aloise, Ivair Nogueira, Dalmo Ribeiro Silva, Sargento Rodrigues, Gilberto Abramo, Gustavo Valadares, Jayro Lessa, Zé Maia, Braulio Braz, Doutor Rinaldo e Ronaldo Magalhães. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência

informa que a reunião se destina a fazer a arguição pública dos candidatos à vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, que, de acordo com sorteio, seguirá a seguinte ordem: Deputado Irani Barbosa, Sr. Alexandre Bossi Queiroz, Deputado Sebastião Helvécio e Deputado Dalmo Ribeiro Silva. O Presidente passa a palavra ao Deputado Irani Barbosa, ao Sr. Alexandre Bossi Queiroz e aos Deputados Sebastião Helvécio e Dalmo Ribeiro Silva, os quais, cada um por sua vez, fazem suas considerações iniciais e são sabatinados pelos parlamentares. Encerrada a fase de arguição pública, o Presidente passa a palavra ao relator, Deputado Wander Borges, que apresenta seus pareceres, os quais concluem pela aptidão dos quatro candidatos. Após discussão e votação, cada um por sua vez, são os pareceres aprovados. O Presidente esclarece que o teor da reunião consta, na íntegra, nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2009.

Carlos Mosconi, Presidente - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Elmiro Nascimento - Wander Borges.

Ata da 17ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 7/7/2009

Às 15h19min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Vanderlei Jangrossi, Antônio Carlos Arantes e Chico Uejo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Jangrossi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Chico Uejo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios nºs 56, 132 e 832/2009 e cartão do Sr. Gilman Viana Rodrigues, Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que encaminha exemplar da publicação "Panorama do Comércio Exterior do Agronegócio de Minas Gerais", publicados no "Diário do Legislativo" de 2/7/2009; e comunicação do Deputado Luiz Humberto Carneiro, líder do Bloco Social Democrata desta Casa, informando sua indicação para membro suplente desta Comissão, em substituição ao Deputado Fábio Avelar, publicada no "Diário do Legislativo" de 3/7/2009. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.123 a 4.125, 4.134, 4.139 e 4.140/2009. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.285/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Antônio Carlos Arantes, Vanderlei Jangrossi e Chico Uejo em que solicitam sejam realizadas audiências públicas para discutir e divulgar as disposições contidas no Projeto de Lei nº 2.771/2008, em tramitação nesta Casa; para debater o endividamento dos produtores de milho devido ao alto custo de produção e ao baixo preço de comercialização do produto; para conhecimento do programa de reforma agrária da União, sua organização, modo de operação e metas para o Estado; e para apresentar e divulgar a publicação "Panorama do Comércio Exterior do Agronegócio de Minas Gerais", de autoria da Seapa e da Sede. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de julho de 2009.

Vanderlei Jangrossi, Presidente - Antônio Carlos Arantes - Chico Uejo.

Ata da 14ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE SAÚDE na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 8/7/2009

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Carlos Pimenta, Doutor Rinaldo, Fahim Sawan e Ruy Muniz, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Rinaldo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício do Sr. Marcus Pestana, Secretário de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.778/2009, da Comissão de Saúde, publicado no "Diário do Legislativo" de 2/7/2009. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.230/2009 (relator: Deputado Doutor Rinaldo). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.372/2009 (relator: Deputado Fahim Sawan), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.067 e 4.127/2009. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.280/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Carlos Mosconi (2) em que solicita a inclusão de informativo, na programação da TV e da rádio desta Casa, para esclarecer a população sobre a incidência, os sintomas e os tratamentos das hepatites virais e as vacinas disponíveis, bem como a importância da prevenção da doença; e em que solicita seja encaminhada à Gerência de Auditoria Assistencial da SES correspondência recebida pela Comissão informando sobre as precárias condições de trabalho no Hospital de Pronto Socorro Doutor Mozart Geraldo Teixeira, no Município de Juiz de Fora; Carlos Pimenta em que solicita seja enviado voto de congratulações com Sr. Athos Mameluque Mota pela sua eleição a provedor do Hospital Aroldo Tourinho, em Montes Claros; Doutor Rinaldo em que solicita seja realizada audiência pública para debater a cobertura vacinal no Estado e o comprometimento dos pais com as campanhas de vacinação; Domingos Sávio em que solicita seja realizada audiência pública para debater os impactos das Resoluções nº 1.649/2002, do Conselho Federal de Medicina; e nº 77/2007, do Conselho Federal de Odontologia, e das Resoluções Normativas nºs 25 e 40/2003, da Agência Nacional de Saúde, que vêm provocando o fechamento de empresas privadas relacionadas com a área da saúde e a perda de arrecadação de impostos municipal e federal, bem como o desemprego em massa e o acúmulo de usuários no SUS; e da Deputada Ana Maria Resende em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a gratuidade da vacina contra meningite e os custos do tratamento da doença para o Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de julho de 2009.

Carlos Mosconi, Presidente - Carlos Pimenta - Lafayette de Andrada.

Ata da 14ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 8/7/2009

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Elmiro Nascimento e Padre João (substituindo a Deputada Cecília Ferramenta, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputada Cecília Ferramenta, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Elmiro Nascimento, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Registra-se, nesse momento, a presença da Deputada Cecília Ferramenta. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Wander Borges em que solicita seja realizada

audiência pública com o objetivo de debater o projeto de revitalização e modernização do Mercado Distrital do Cruzeiro e as implicações e os direitos dos comerciantes que atuam nesse local; Doutor Rinaldo em que solicita seja realizada audiência pública com a finalidade de debater a situação salarial e a carreira dos Auxiliares de Transporte de Obras Públicas - Autop - do Departamento de Estradas de Rodagem - DER-MG -; Rosângela Reis, Antônio Carlos Arantes e Maria Tereza Lara (4) em que solicitam sejam enviadas as notas taquigráficas da 13ª Reunião Ordinária da Comissão aos Deputados Federais Odair Cunha e Carlos Melles, à Procuradoria do Ministério Público Federal, situada no Município de Passos, e ao Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM -; seja enviado ofício à Secretaria de Estado de Saúde, solicitando providências em relação ao pedido de ato cirúrgico do paciente Ednilson Assis Ribeiro, residente no Município de Alpinópolis; seja marcada audiência, em Brasília, com o Ministro do Meio Ambiente, destinada a discutir a regularização dos empreendimentos de lavra de quartzo na região do Parque Nacional da Serra da Canastra, com a participação do Presidente do Instituto Chico Mendes e do Presidente da Associação dos Extratores do Médio Rio Grande e, ainda, sejam encaminhadas às autoridades acima mencionadas as notas taquigráficas da 13ª Reunião Ordinária da Comissão; e seja marcada audiência, em Passos, com a Sra. Ludmila Junqueira Duarte de Oliveira, Procuradora do Ministério Público Federal nesse Município, com o objetivo de discutir a regularização dos empreendimentos de lavra de quartzo na região do Parque Nacional da Serra da Canastra. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de julho de 2009.

Rosângela Reis, Presidente - Elmiro Nascimento - Ademir Lucas.

Ata da 12ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE REDAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 8/7/2009

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Braulio Braz, Ademir Lucas e Rêmoló Aloise (substituindo o Deputado Ronaldo Magalhães, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Braulio Braz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ademir Lucas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Proposta de Emenda à Constituição nº 8/2007 e Projetos de Lei nºs 1.823/2007, 3.009, 3.121, 3.244, 3.246, 3.264 e 3.265/2009 (Deputado Rêmoló Aloise); 3.271, 3.279, 3.328, 3.331, 3.333, 3.340 e 3.341/2009 (Deputado Ademir Lucas). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final da Proposta de Emenda à Constituição nº 8/2007 (relator: Deputado Rêmoló Aloise). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.823/2007, 3.009, 3.121, 3.244, 3.246, 3.264 e 3.265/2009 (relator: Deputado Rêmoló Aloise); 3.271, 3.279, 3.328, 3.331, 3.333, 3.340 e 3.341/2009 (relator: Deputado Ademir Lucas). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de julho de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Dimas Fabiano - Ronaldo Magalhães.

Ata da 8ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 8/7/2009

Às 18h32min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Chico Uejo, Gilberto Abramo, Padre João, Sebastião Costa, Ademir Lucas (substituindo o Deputado Ronaldo Magalhães, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Sebastião Helvécio, Carlos Pimenta, Arlen Santiago, Fábio Avelar, Carlin Moura e Vanderlei Jangrossi. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ademir Lucas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Comunica, ainda, o recebimento do Ofício nº 256/2009, enviado pelo Deputado Doutor Viana ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando informações sobre os pareceres exarados na Comissão, aos Projetos de Lei nºs 2.662 e 2.701/2008. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.427, 3.445, 3.451, 3.459, 3.469, 3.470 e 3.471/2009 (Deputado Gilberto Abramo); 3.411, 3.419, 3.425, 3.428, 3.433, 3.434, 3.438, 3.442, 3.450, 3.463 e 3.473/2009 (Deputado Delvito Alves); 3.410, 3.414, 3.415, 3.420, 3.453, 3.454, 3.455 e 3.468/2009 (Deputado Ronaldo Magalhães); 3.409, 3.421, 3.429, 3.435, 3.437, 3.441, 3.443, 3.449, 3.458, 3.460 e 3.466/2009 (Deputado Sebastião Costa); 3.416, 3.422, 3.430, 3.440, 3.448, 3.457, 3.464, 3.465 e 3.472/2009 (Deputado Chico Uejo); 3.412, 3.417, 3.426, 3.436, 3.444, 3.447, 3.452 e 3.456/2009 (Deputado Padre João); 3.413, 3.418, 3.423, 3.424, 3.431, 3.439, 3.446 e 3.467/2009 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 3.348/2009 (Deputado Chico Uejo, em virtude de redistribuição). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade dos Projetos de Lei nºs 3.303, 3.195, 3.249 e 3.404/2009 (relator: Deputado Padre João); 3.443/2009 (relator: Deputado Chico Uejo, em virtude de redistribuição); 2.984 e 3.440/2009, ambos com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Chico Uejo); 3.163 e 3.210/2009, este com a Emenda nº 1 (relator: Ademir Lucas, em virtude de redistribuição). Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela antijuridicidade, pela inconstitucionalidade e pela ilegalidade do Projeto de Lei nº 3.021/2009 (relator: Deputado Padre João). Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Padre João, sobre o Projeto de Lei nº 3.017/2009 que conclui pela antijuridicidade, pela inconstitucionalidade e pela ilegalidade, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Chico Uejo. Os relatores dos Projetos de Lei nºs 3.229, 3.255/2009 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) e 3.321/2009 (Deputado Chico Uejo) solicitam a distribuição de avulso dos pareceres dos referidos projetos, que concluem pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade na forma do Substitutivo nº 1. Nesse momento, o Deputado Fábio Avelar substitui o Deputado Sebastião Costa, por indicação da Liderança do BPS. Os Projetos de Lei nºs 3.305, 3.317 e 3.319/2009 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Ademir Lucas, aprovado pela Comissão. O Projeto de Lei nº 3.442/2009 é retirado da pauta por falta de pressupostos regimentais. São aprovados os requerimentos que solicitam sejam baixados em diligência os Projetos de Lei nºs 3.252/2009 à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 3.417/2009 à Seplag, e 3.436/2009 à Seplag e ao Prefeito Municipal de Pompéu (relator: Deputado Padre João); 3.348/2009 à Secretaria de Estado de Educação, e 3.430/2009 à Seplag e ao Prefeito Municipal de Pompéu (relator: Deputado Chico Uejo); e 3.429/2009 à Seplag (relator: Deputado Sebastião Costa). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade dos Projetos de Lei nºs 3.162, 3.410, 3.414 e 3.415/2009 (relator: Deputado Ademir Lucas, em virtude de redistribuição); 3.416 e 3.422/2009 (relator: Deputado Chico Uejo); 3.425, 3.428, 3.433 e 3.434/2009 (relator: Deputado Chico Uejo, em virtude de redistribuição); 3.426/2009 (relator: Deputado Padre João); 3.413 e 3.423/2009 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 3.409 e 3.435/2009 (relator: Deputado Sebastião Costa); 3.176, 3.308, 3.427 e 3.346/2009, este com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Sargento Rodrigues em que solicita seja feito pedido de providências ao Presidente do TJMG, para que regulamente com urgência o art. 67 da Lei Complementar nº 105, de 14/8/2008, tendo em vista o prazo legal; e Chico Uejo em que solicita seja enviado pedido de informação ao Presidente do TJMG, solicitando uma lista contendo o nome dos candidatos, encaminhada ao Tribunal Superior Eleitoral, das quatro últimas indicações para ocupar o cargo (titular e substituto) de Juiz membro da Corte do TRE de Minas Gerais da classe de advogado. São aprovados os requerimentos que solicitam sejam baixados em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 3.419 (relator: Deputado Delvito Alves), 3.424 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva), 3.456 (relator: Deputado Padre João) e 3.470/2009 (relator: Deputado Gilberto Abramo); e ao DER-MG os Projetos de Lei nºs 3.411 (relator:

Deputado Delvito Alves), 3.412 (relator: Deputado Padre João), 3.421 (relator: Deputado Sebastião Costa) e 3.431/2009 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada às 10h30m do dia 9/7/2009, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Chico Uejo - Gilberto Abramo - Délio Malheiros.

Ata da 10ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 9/7/2009

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Ivair Nogueira, Domingos Sávio, Lafayette de Andrada, Padre João e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ivair Nogueira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 2.936/2008 e 3.187/2009, em 2º turno, são retirados da pauta, por falta de pressupostos regimentais. Na fase de discussão do parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.367/2009, em 1º turno, é retirado, pelo relator, Deputado Domingos Sávio, o parecer lido anteriormente, que conclui pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Constituição e Justiça, e com a Emenda nº 4, que apresenta. Submetido a discussão e votação, é aprovado outro parecer emitido pelo relator, que conclui por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Constituição e Justiça, e com as Emendas nºs 4 e 5, que apresenta. A Presidência informa que ficou definido entre os membros desta Comissão que as reuniões ordinárias serão realizadas nas terças-feiras, às 14h30min. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de julho de 2009.

Délio Malheiros, Presidente - Neider Moreira - Lafayette de Andrada - Gustavo Valadares.

Ata da 9ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 9/7/2009

Às 10h34min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Chico Uejo, Gilberto Abramo e Délio Malheiros (substituindo o Deputado Sebastião Costa, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Wander Borges. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Chico Uejo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade, na forma do Substitutivo nº 1, dos Projetos de Lei nºs 3.229, 3.255/2009 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva) e 3.321/2009 (relator: Deputado Chico Uejo). O Projeto de Lei nº 3.442/2009 é retirado da pauta, por falta de pressupostos regimentais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de julho de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Chico Uejo - Sebastião Costa - Ademir Lucas.

Ata da 22ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 13/7/2009

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo e Antônio Genaro, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Djalma Diniz. Nos termos regimentais, o Presidente dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e solicita ao membro presente que a subscreva. A Presidência informa que a reunião se destina a intermediar conflito de interesses entre pequenos agricultores que cultivam terreno de propriedade da empresa ArcelorMittal Inox Brasil. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir a Sra. Vandeni Domingos de Souza, Secretária da Terra de Pingo D'Água, e os Srs. Anselmo Pires de Carvalho, Gerente de Fazenda; João Batista Santiago e Sebastião Ferreira da Rocha Júnior, Vereadores da Câmara Municipal de Pingo d'Água; Carlos Henrique de Moura, Presidente da Associação de Agricultores de Pingo d'Água; José Lucas, membro da Comissão dos Representantes dos Agricultores de Pingo d'Água; Antônio Guedes de Aquino e Francisco Gomes, agricultores, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Djalma Diniz, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de julho de 2009.

Durval Ângelo, Presidente.

Ata da 7ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 13/7/2009

Às 20h34min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Ruy Muniz e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Domingos Sávio. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ruy Muniz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, e a discutir e votar proposições da Comissão e suspende a reunião. Às 21h21min, são reabertos os trabalhos com a presença dos Deputados Ruy Muniz, Dalmo Ribeiro Silva e da Deputada Gláucia Brandão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação na forma do vencido no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.549/2008 (relatora: Deputada Gláucia Brandão). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a

próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de julho de 2009.

Ruy Muniz, Presidente - Gláucia Brandão - Deiró Marra - Carlin Moura.

Ata da 8ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 13/7/2009

Às 20h46min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Adelmo Carneiro Leão, Antônio Júlio, Inácio Franco e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Suspende-se a reunião. Às 21h40min são reabertos os trabalhos. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Lafayette de Andrada, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.936/2008 na forma do vencido no 1º turno, com a Emenda nº 1, no 2º turno, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Antônio Júlio. A seguir determina a distribuição em avulso do parecer do relator, Deputado Inácio Franco, que conclui pela aprovação da Emenda nº 4, apresentada em Plenário ao Projeto de Lei nº 3.187/2009. Os Projetos de Lei nºs 3.343/2009, 2.949/2008 e 3.367/2009 são retirados da pauta por determinação do Presidente da Comissão por não cumprirem pressupostos regimentais, e o Projeto de Lei nº 3.151/2009, em atenção a requerimento do Deputado Juarez Távora, aprovado pela Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para as reuniões extraordinárias dos dias 14/7, às 10, 14, 20 e 21h50min, e 15, 16, e 17/7, às 10, 14 e 20 horas, para apreciação da matéria constante na pauta desta reunião e para discutir e votar proposições da Comissão, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de julho de 2009.

Zé Maia, Presidente - Lafayette de Andrada - Inácio Franco - Adelmo Carneiro Leão - Gilberto Abramo.

Ata da 17ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 14/7/2009

Às 10h4min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Délio Malheiros. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria Tereza Lara, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o aumento da violência aos taxistas da Grande BH e nos Bairros Barroca, Calafate, Coração Eucarístico, Grajaú, Gutierrez, Prado e Santo Agostinho. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir o Maj. PM Idsel Fagundes, Chefe da Seção de Planejamento Operacional do Comando de Policiamento da Capital e o Maj. PM Daniel Garcia, Comandante da 125ª Cia. da PMMG, representantes do Cel. PM Renato Vieira de Souza, Comandante-Geral da PMMG; o Sr. Roberto Neves Silva, Chefe do 1º Departamento de Polícia Civil, e a Sra. Andréa Cláudia Vacchiano Bravo, Delegada Titular da 5ª Delegacia Regional Sul, representantes do Sr. Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais; e os Srs. Dirceu Efigênio Reis, Presidente do Sindicato Intermunicipal dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários, Taxistas e Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens de Minas Gerais; Márcio Antonio da Silva, Diretor da Coopertáxi-Belo Horizonte; Iraci Firmino da Silva, Presidente da Associação Comunitária dos Amigos do Coração Eucarístico, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Délio Malheiros, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.153, 4.154, 4.157, 4.165 e 4.168/2009. Submetido a discussão e votação é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.333/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados João Leite, Padre João e Carlos Gomes (3) em que solicitam seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social, pedido de providências para que o presídio do Município de Jequeri seja assumido, na sua gestão, pela Subsecretaria de Administração Penitenciária, no intuito de liberar policiais civis para as atividades próprias de investigação criminal; seja encaminhado ao Presidente da Cemig pedido de providências para ampliar e melhorar a iluminação pública no Município de Urucânia; seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedido de providências para elevar o efetivo policial, o número de viaturas e de outros equipamentos necessários ao policiamento no Município de Urucânia e região; da Deputada Maria Tereza Lara e do Deputado João Leite (2) em que solicitam seja requisitada à TV Assembleia e aos demais meios de comunicação desta Casa a divulgação da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública - Etapa Estadual, que se realizará no período de 21 a 23/7/2009; e que seja encaminhada ao Comandante da PMMG de Divinópolis e aos organizadores da Primeira Conferência Livre de Segurança Pública de Divinópolis manifestação de congratulações pela realização do referido evento; do Deputado Antônio Júlio em que solicita seja realizada reunião de audiência pública, no Município de Três Pontas, para debater questões relativas à segurança pública, em especial, à recente rebelião ocorrida na cadeia pública desse Município, e, ainda, seja realizada visita desta Comissão à cadeia do referido Município; do Deputado Délio Malheiros em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedido de providências para implantar ou ampliar o Projeto Olho Vivo nos Bairros Barroca, Calafate, Grajaú, Gutierrez, Prado, Coração Eucarístico e Santo Agostinho; da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados João Leite e Délio Malheiros (2) em que solicitam seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social cópia das notas taquigráficas desta reunião visando subsidiar as estratégias de atuação das forças policiais junto ao Igesp; e que seja realizada reunião de audiência pública para debater formas de prevenção do crime de roubo nas proximidades de estabelecimentos bancários e discutir segurança nas agências bancárias. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e do público presente, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de julho de 2009.

João Leite, Presidente - Tenente Lúcio - Maria Tereza Lara.

Ata da 14ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 14/7/2009

Às 10h11min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fábio Avelar, Sávio Souza Cruz e Almir Paraca, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Braulio Braz. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sávio Souza Cruz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Presidente informa que o Projeto de Lei nº 2.966/2009, no 2º turno, é retirado de pauta, por ter sido apreciado em reunião anterior, e o Projeto de Lei nº 2.771/2008, no 2º turno, é retirado de pauta, por determinação do Presidente da Comissão, por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em

turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.943/2008 (relator: Deputado Irani Barbosa) e 3.373/2009 (relator: Deputado Gil Pereira), que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.149/2009. O Presidente designa como relator do Requerimento nº 4.138/2009 o Deputado Almir Paraca. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Fábio Avelar, Antônio Júlio e Inácio Franco (2) em que solicitam reunião de audiência pública, em Pará de Minas, para avaliar as providências tomadas e os resultados obtidos a partir do grupo de trabalho composto por representantes dos órgãos públicos responsáveis pela gestão e pela fiscalização ambiental da região de Pará de Minas e lideranças rurais locais, criado na audiência pública de 10/7/2009 e em que solicitem seja encaminhado ofício aos dirigentes da Semad, do IEF, do Comitê Gestor da Fiscalização Ambiental Integrada - CGFAI -, do Igam, da Polícia Militar do Meio Ambiente, do CAO-Meio Ambiente do Ministério Público Estadual e da Secretaria de Pecuária, Agricultura e Abastecimento - Seapa -, para que busquem, na prática da fiscalização ambiental, o ajuste necessário de seus procedimentos administrativos, tendo em foco a realidade fática dos produtores e das propriedades rurais, a incapacidade financeira do setor produtivo rural em atender a todos os comandos legais e a premente revisão do código florestal, em curso no Congresso Nacional, sob pena de ser a atividade rural inviabilizada operacional e financeiramente; Fábio Avelar e Neider Moreira em que solicitam reunião de audiência pública no Município de Padre Paraíso, para encontrar uma solução acerca da instalação do lixão no Município; Délio Malheiros em que solicita seja realizada reunião de audiência pública da comissão, no Município de Pains, para discutir os efeitos da exploração mineral, especialmente a do calcário, atividade que vem causando impacto no meio ambiente, no âmbito desse Município; Wander Borges em que solicita a realização de reunião de audiência pública para debater as questões que impedem a implantação do sistema de abastecimento de água e esgoto na região de São Sebastião de Maquiné, localizada no Município de Santa Luzia, e Arlen Santiago em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Rio Pardo de Minas, para discutir assuntos referentes ao Parque Estadual Serra Nova. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de julho de 2009.

Fábio Avelar, Presidente - Sávio Souza Cruz - Almir Paraca - Luiz Humberto Carneiro.

Ata da 7ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 14/7/2009

Às 10h15min, comparece no Plenário da Câmara Municipal de Guanhães a Deputada Cecília Ferramenta, membro da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Carlin Moura. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Cecília Ferramenta, declara aberta a reunião e, nos termos regimentais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a integração dos Municípios produtores rurais da região, como forma de enfrentamento da crise econômica, e questões relativas à fiscalização do transporte de mercadorias e discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir o Sr. Demétrio de Miranda Ayala, Presidente da Câmara Municipal de Guanhães; a Sra. Cláudia Romeiro D'Ávila, Consultora do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS -; e os Srs. Ricardo Alves de Oliveira, Articulador Estadual do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA -; Túlio César Meirelles, Gerente Regional da Emater, representando o Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Gilman Viana Rodrigues; Ronaldo de Assis Carvalho, Gerente de Fiscalização do DER-MG; Darmis Antônio Dias, Agente Fiscal do DER-MG; Deobaldino Marques de Pinho, Coordenador Regional do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA -, representando o Diretor-Geral, Sr. Altino Rodrigues; o 1º-Sargento Felismino Alves Barbosa, representando o 2º-Ten. Cel. Cláudio Antônio de Matos, Comandante do 4º Pelotão de Meio Ambiente e Trânsito Rodoviário de São João Evangelista; os Srs. Ronnie Teixeira de Paula, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guanhães; Omar Netto, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Guanhães; Hélio Valério Sanches Brandão, Vice-Prefeito de Virgolândia; Adeilson Medeiros de Oliveira, Prefeito de Cantagalo; o Padre Aureliano Ferreira de Souza, Prefeito de Malacacheta; o Sr. José Irineu Cordeiro Rocha, Vice-Prefeito de Malacacheta, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidente e o Deputado Carlin Moura, na condição de autores do requerimento que deu origem ao debate, tecem suas considerações iniciais; logo após, a Presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de julho de 2009.

Cecília Ferramenta, Presidente - Ademir Lucas - Wander Borges - Sebastião Helvécio.

Ata da 3ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 14/7/2009

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Elmiro Nascimento e Ademir Lucas (substituindo o Deputado Walter Tosta, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Elmiro Nascimento, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de comunicação do Deputado Luiz Humberto Carneiro, Líder do BSD, indicando o Deputado Duarte Bechir para membro suplente da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.162, 3.176, 3.346, 3.413, 3.414 e 3.415/2009 (Deputado Ivair Nogueira); 3.416, 3.422, 3.425, 3.426, 3.427, 3.434 e 3.435/2009 (Deputado Elmiro Nascimento), todos em turno único. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.369/2009 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Elmiro Nascimento, em virtude de redistribuição); no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.269/2009 (relator: Deputado Ademir Lucas) e 3.312/2009 (relator: Deputado Elmiro Nascimento) e, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.351/2009 (relator: Deputado Ademir Lucas, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 3.207 com a Emenda nº 1, 3.395 e 3.397/2009 (relator: Deputado Walter Tosta), que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.156/2009. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.823/2007, 3.244, 3.265, 3.279, 3.328, 3.331, 3.340 e 3.341/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado André Quintão em que solicita seja realizada audiência pública, em conjunto com a Comissão de Participação Popular, a pedido do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações, visando ao amplo debate sobre a normatização dos serviços prestados pelos call centers. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de julho de 2009.

Rosângela Reis, Presidente - Cecília Ferramenta - Elmiro Nascimento.

Ata da 16ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em

14/7/2009

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Lafayette de Andrada, Neider Moreira e Gustavo Valadares (substituindo o Deputado Elmiro Nascimento, por indicação da Liderança do DEM), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Neider Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofício do Sr. Cristiano Maia Luz, Coordenador Regional da Defensoria Pública em Pouso Alegre, publicado no "Diário do Legislativo" em 11/7/09. O Presidente acusa o recebimento, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.303/2009, para a qual designou como relator o Deputado Lafayette de Andrada. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.155, 4.161, 4.164, 4.169 e 4.189/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Sargento Rodrigues em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir as possíveis alterações do Projeto de Lei Complementar nº 53/2009. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de julho de 2009.

Délio Malheiros, Presidente - Ivair Nogueira - Neider Moreira.

Ata da 11ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 14/7/2009

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Chico Uejo. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tenente Lúcio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência comunica que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e, em seguida, interrompe a 1ª Parte da reunião, para ouvir o Cel. PM Renato Vieira de Souza, Comandante-Geral da PMMG, sobre a política de segurança do Estado. Este é convidado a tomar assento à mesa. A Presidência na qualidade de autor do requerimento, faz suas considerações iniciais e concede a palavra à Deputada Maria Tereza Lara e ao Deputado Tenente Lúcio, também autores do requerimento, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra ao convidado, para que faça sua exposição. Aberto o debate, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Sargento Rodrigues em que solicita seja realizada visita à cadeia pública do Município de Santa Rita do Sapucaí, para averiguar as condições em que se encontram as instalações e o trabalho dos servidores; solicita, ainda, sejam encaminhadas ao Secretário de Estado de Defesa Social e ao Chefe da Polícia Civil, fotos em anexo, da atual situação da citada cadeia; João Leite, Pinduca Ferreira, Rômulo Veneroso e Maria Tereza Lara, em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública em São João do Manhuaçu, para debater segurança pública no Município e na região. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de julho de 2009.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso.

Ata da 16ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 14/7/2009

Às 16 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fábio Avelar, Sávio Souza Cruz, Almir Paraca e Luiz Humberto Carneiro (substituindo o Deputado Irani Barbosa, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Inácio Franco. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Sávio Souza Cruz que proceda à leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Suspende-se a reunião. São reabertos os trabalhos às 17h12min, com a presença dos Deputados Fábio Avelar, Sávio Souza Cruz e Luiz Humberto Carneiro. Suspende-se a reunião para entendimentos. São reabertos os trabalhos às 17h28min, com a presença dos Deputados Fábio Avelar, Sávio Souza Cruz, Almir Paraca e Luiz Humberto Carneiro. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Presidente determina a distribuição em avulso de parecer de sua autoria que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.771/2008, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno com as Emendas nºs 1 e 9. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para as reuniões extraordinárias na mesma data, às 23h29min, e em 15/7/2009, às 9h30min, com a finalidade de se apreciar o parecer do Projeto de Lei nº 2.771/2008, no 2º turno, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de julho de 2009.

Fábio Avelar, Presidente - Sávio Souza Cruz - Almir Paraca - Gil Pereira - Luiz Humberto Carneiro.

Ata da 16ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 15/7/2009

Às 9h13min, comparecem no auditório da Superintendência de Avaliação e Qualidade da Atuação do Sistema de Defesa Social - Sicods - os Deputados Durval Ângelo e Antônio Genaro, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e solicita ao membro da Comissão presente que a subscreva. A Presidência informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos, em audiência pública, sobre a postura de policiais militares de Santa Luzia em suposto conflito com policiais civis e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Sra. Luciana Nobre de Moura, em resposta ao Requerimento nº 3.081/2008, em que solicita cópia do relatório final da Corregedoria da Secretaria que apurou a situação do Centro Socioeducativo de Juiz de Fora; e de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Gilson Dipp, Corregedor Nacional de Justiça (2); Alexandre Silveira e Ciro Pedrosa, Deputados Federais; e Célio César Paduani, Corregedor-Geral de Justiça (2/7/2009); Ruy Muniz, Deputado Estadual (9/7/2009); Sérgio Penna, Chefe de Gabinete da Presidência do Senado; e Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados (10/7/2009); Olindo Herculano de Menezes, Corregedor-Geral da Justiça Federal da 1ª Região; Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil; da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento; e do Sr. Cássio Antônio Ferreira Soares, Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Defesa Social (11/7/2009). O Presidente informa que a matéria constante na pauta não será apreciada. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Rodrigo Filgueira de Oliveira, Promotor de Justiça e Coordenador CAO-DH; José Francisco da Silva, Superintendente de Avaliação e Qualidade de Atuação do Sistema de

Defesa Social, representando o Sr. Maurício de Oliveira Campos Júnior, Secretário de Estado de Defesa Social; o Cel. PM César Romero Machado Santos, Corregedor da Polícia Militar, representando o Cel. PM Renato Vieira de Souza, Comandante-Geral da Polícia Militar; o Sr. Paulo Vaz Alkimin, Ouvidor-Geral de Polícia; o Tenente Nelson Henriques Pires, Presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; os Srs. Antônio Marco Pereira, Presidente do Sindipol; Édson José Pereira, Presidente do Sindepo; Denílson Aparecido Martins, Vice-Presidente do Sindipol; e Geraldo Moraes, Corregedor-Geral da Polícia Civil, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, faz suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, na mesma data, às 15 horas, para apreciar, em turno único, os Requerimentos nºs 4.104 e 4.192/2009 e discutir e votar proposições da Comissão, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de julho de 2009.

Durval Ângelo, Presidente - Antônio Júlio - Ruy Muniz.

MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA VOTADA NA 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 16/7/2009

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em redação final: Projetos de Lei nºs 496/2007, do Deputado Leonardo Moreira, 614/2007, do Deputado Weliton Prado, 910/2007, Domingos Sávio, 964/2007, do Deputado Délio Malheiros, e 1.643/2007, do Deputado Gilberto Abramo.

MATÉRIA VOTADA NA 53ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 16/7/2009

Foi aprovada a seguinte proposição:

Em redação final: Projeto de Lei nº 1.723/2007, do Deputado Wander Borges.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9, 14 e 20 horas do dia 17/7/2009, destinadas, as três, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Lei nº 3.337/2009, do Governador do Estado, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2010 e dá outras providências; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 16 de julho de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Ronaldo Magalhães, Dimas Fabiano e Gilberto Abramo, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/7/2009, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar pareceres em fase de redação final e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 16 de julho de 2009.

Braulio Braz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Délio Malheiros, Gil Pereira, Leonardo Moreira e Walter Tosta, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/7/2009, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 702/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, de se discutirem e votarem os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 3.356/2009, do Deputado Gilberto Abramo, do Projeto de Lei nº 3.368/2009, do Deputado João Leite, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 16 de julho de 2009.

Adalclever Lopes, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.398/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Carlin Moura, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto Mineiro de Juventude - IMJ -, com sede no Município de Belo Horizonte.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.398/2009 tem por escopo seja declarado de utilidade pública o Instituto Mineiro de Juventude, com sede no Município de Belo Horizonte, entidade civil sem fins lucrativos, fundada em 2004, que tem por finalidade desenvolver estudos e pesquisas demográficas, socioeconômicas, culturais e comportamentais sobre a juventude.

No cumprimento dos seus objetivos programáticos, promove reuniões para elaboração de propostas de políticas públicas para a juventude e acompanha o trâmite de projetos de iniciativa parlamentar conexas com o interesse da juventude.

Ademais, incentiva a participação dos associados e da comunidade nos movimentos sociais realizados pelo Instituto e por outros órgãos que envolvam a juventude e estudantes; firma parcerias e convênios com órgãos públicos estaduais, viabilizando, dessa forma, a ampliação de seu trabalho, a continuidade de seus projetos junto à juventude, bem como a promoção e a consolidação da cidadania.

Diante dessas considerações, é oportuna a intenção de se lhe conceder a pretendida declaração de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.398/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 15 de julho de 2009.

Walter Tosta, relator.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 3.035/2009

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria dos Deputados Alencar da Silveira Jr. e Gilberto Abramo, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre a proibição de consumo de produtos derivados do tabaco em recintos coletivos fechados e dá outras providências.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Em seguida, foi o projeto encaminhado à Comissão de Saúde, que, em sua análise do mérito, opinou pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou.

Vem agora a proposição a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, VII, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em tela tem por objetivo proibir o uso de produtos fumígenos, derivados ou não do tabaco, em recintos coletivos fechados, públicos ou privados.

Segundo o autor, a finalidade da proposição é aumentar a repressão ao uso de produtos fumígenos, baseado em estudos que comprovam os malefícios à saúde da população, incluindo o fumante passivo, causados por esses produtos. Com essa proposição busca-se criar ambientes totalmente desfavoráveis ao fumo. Ressaltamos que o autor deseja deixar claro na lei que nos locais abertos é permitido fumar.

Conforme exposto no parecer da Comissão de Constituição e Justiça, a forma como foi apresentada a proposição mostra-se antijurídica, pois em alguns pontos viola a norma geral que rege a matéria, Lei Federal nº 9.294, de 1996, e, em outros, não traz nenhuma novidade jurídica. Por meio do Substitutivo nº 1, que altera a Lei nº 12.903, de 1998, buscou-se atingir todos os recintos coletivos fechados, obrigando os estabelecimentos a adotar medidas para garantir a proteção da saúde dos não fumantes.

A Comissão de Saúde corroborou o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e destacou que as alterações apresentadas no Substitutivo nº 1 estão "em consonância com a legislação federal e aprimoram a proposição ao remeter as penalidades às já previstas na Lei nº 13.317, de 24/9/99, que contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais." Mas a Comissão considerou importante destacar, no texto legal, que "as tabacarias e os locais abertos estão isentos de cumprir a exigência de ter área isolada exclusiva para fumantes" e ressaltou que ocorreu "uma remissão equivocada à legislação que trata das penalidades". Buscando resolver esses pontos, foi apresentado o Substitutivo nº 2.

Do ponto de vista financeiro e orçamentário, escopo desta Comissão, o projeto original e os Substitutivos nºs 1 e 2 não criam despesas para os cofres públicos e não têm impactos na Lei Orçamentária, dessa forma, não contrariam a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal nº 101, de 4/5/2000. Destacamos que não ocorrerá impacto significativo aos empreendedores do setor privado, pois a Lei Federal nº 9.294, de 1996, em seu art. 2º, já proíbe o uso dessas substâncias em recinto coletivo, privado ou público, mas abre uma exceção a "área

destinada exclusivamente a esse fim, devidamente isolada e com arejamento conveniente". Os Substitutos nºs 1 e 2 apenas estabelecem uma norma específica sobre o isolamento de áreas destinadas à prática do tabagismo em recintos coletivos fechados.

Em vista dessas considerações, entendemos que as medidas propostas pelo Substituto nº 2 são pertinentes, mas, buscando atender à técnica legislativa, dando forma adequada à matéria, apresentamos o Substituto nº 3.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.035/2009, em 1º turno, na forma do Substituto nº 3, a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 3

Altera o art. 7º da Lei nº 12.903, de 23 de junho de 1998, que define medidas para combater o tabagismo no Estado e proíbe o uso do cigarro e similares nos locais que menciona.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O art. 7º da Lei nº 12.903, de 23 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º – Nos recintos coletivos fechados, públicos e privados, somente poderão ser destinadas à prática de tabagismo áreas isoladas por barreira física, com arejamento suficiente ou equipadas com aparelhos que garantam a exaustão do ar para o ambiente externo, nos termos da Lei Federal nº 9.294, de 15 de julho de 1996.

§ 1º – Para os fins do "caput" deste artigo, entende-se por recinto coletivo o local destinado à utilização permanente e simultânea por diversas pessoas.

§ 2º – Fica excluída da vedação do "caput" deste artigo as tabacarias e estabelecimentos similares e os locais abertos ou ao ar livre, ainda que cercados ou de qualquer forma delimitados em seus contornos.

§ 3º – A destinação de área para a prática de tabagismo em desacordo com o disposto no "caput" sujeita o estabelecimento às penalidades previstas nas alíneas "a", "b", "g", "h", "i" e "m" do inciso XXXVI do art. 99 da Lei nº 13.317, de 24 de setembro de 1999."

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 16 de julho de 2009.

Zé Maia, Presidente - Adelmo Carneiro Leão, relator - Juarez Távora - Lafayette de Andrada.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 496/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 496/2007, de autoria do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo à Cultura da Bucha Vegetal e dá outras providências, foi aprovado no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 496/2007

Institui a política estadual de incentivo à cultura da bucha vegetal.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída a política estadual de incentivo à cultura da bucha vegetal como parte da política de desenvolvimento agrícola do Estado, de que trata a Lei nº 11.405, de 28 de janeiro de 1994.

Parágrafo único – A cultura da bucha vegetal compreende a produção, a extração e a valorização da bucha vegetal como instrumento de promoção do desenvolvimento socioeconômico regional e integrado do Estado.

Art. 2º – O desenvolvimento da cultura da bucha vegetal no Estado obedecerá às normas e diretrizes dos programas governamentais e dos empreendimentos privados voltados para o incentivo dessa cultura e ao que dispõe a Lei nº 11.405, de 1994.

Parágrafo único – Serão atendidas por esta política, prioritariamente, as pequenas e médias propriedades das regiões voltadas para a cultura da bucha vegetal.

Art. 3º – A política estadual de incentivo à cultura da bucha vegetal será implementada conforme as seguintes diretrizes:

I – valorização da bucha vegetal como produto agrícola capaz de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Estado;

II – desenvolvimento tecnológico do produto e dos subprodutos da cultura da bucha vegetal;

III – desenvolvimento de mercado para a bucha vegetal e seus subprodutos;

IV – organização social dos produtores de bucha vegetal.

Art. 4º – São instrumentos da política estadual de incentivo à cultura da bucha vegetal:

I – crédito anual;

II – assistência técnica;

III – promoção e comercialização do produto.

Art. 5º – Para a efetivação da política de que trata esta lei, compete ao Poder Executivo:

I – estimular a utilização da bucha vegetal na composição de sistemas agroflorestais;

II – incentivar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico da cultura da bucha vegetal e da aplicação de seus produtos e subprodutos;

III – buscar parcerias com entidades públicas e privadas para incrementar a produção e a comercialização dos produtos;

IV – estimular a formação de associações ou cooperativas de produtores de bucha vegetal;

V – produzir mudas de bucha vegetal em viveiros públicos estaduais;

VI – instituir sistema de certificação de origem e qualidade para a bucha vegetal.

Art. 6º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de julho de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Ronaldo Magalhães, relator - Dimas Fabiano.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 614/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 614/2007, de autoria do Deputado Weliton Prado, que institui a Política Estadual do Livro, no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências, foi aprovado no 2º turno, com a Emenda nº 1 ao vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 614/2007

Institui a Política Estadual do Livro.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída a Política Estadual do Livro, destinada a promover e incentivar a leitura e o acesso ao livro e a apoiar a produção, a distribuição e a comercialização de livros no Estado, com vistas à difusão da cultura, à transmissão do conhecimento, ao estímulo à pesquisa social e científica e à conservação do patrimônio cultural.

Art. 2º – Para efeito desta lei, considera-se:

I - livro a publicação não periódica de textos escritos, em fichas ou folhas grampeadas, coladas ou costuradas, em volume cartonado, encadernado ou em brochura, em capas avulsas, em qualquer formato e com qualquer acabamento;

II - autor a pessoa física criadora de livros;

III - editor a pessoa física ou jurídica que adquire o direito de reprodução de livros, dando a eles tratamento adequado à leitura;

IV - distribuidor a pessoa jurídica que atua no ramo de compra e venda de livros por atacado;

V - livreiro a pessoa jurídica ou o representante comercial autônomo que se dedica à venda de livros.

Parágrafo único - Equiparam-se a livro:

I - fascículos e publicações de qualquer natureza que contenham parte de livro;

II - materiais avulsos relacionados com o livro, impressos em papel ou em material similar;

III - roteiros de leitura e estudo de obras literárias ou didáticas;

IV - álbuns para colorir, pintar, recortar ou armar;

V - atlas geográficos, históricos, anatômicos, mapas e cartogramas;

VI - textos derivados de livro ou originais, produzidos por editores, mediante contrato de edição celebrado com o autor, com a utilização de qualquer suporte;

VII - obras divulgadas em meio digital, magnético e ótico, para uso exclusivo de pessoas com deficiência visual;

VIII - obras impressas em braile.

Art. 3º – A política de que trata esta lei tem como objetivos:

I - assegurar o direito de acesso e uso do livro;

II - fomentar a produção, a edição, a difusão, a distribuição e a comercialização do livro;

III - estimular a produção, por escritores e autores mineiros ou residentes no Estado, de obras de caráter científico e cultural;

IV - promover e incentivar o hábito da leitura;

V - preservar o patrimônio literário, bibliográfico e documental do Estado;

VI - criar condições para que o mercado editorial do Estado possa competir no cenário nacional e internacional;

VII - apoiar a livre circulação no País de livros editados no Estado;

VIII - capacitar a população para o uso do livro, como fator fundamental para seu progresso econômico, político e social e para a justa distribuição do saber e da renda;

IX - promover a instalação e a ampliação de livrarias, bibliotecas e pontos de venda de livros no Estado;

X - propiciar aos autores, editores, distribuidores e livreiros do Estado as condições necessárias ao cumprimento do disposto nesta lei;

XI - assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura.

Art. 4º – Para a consecução dos objetivos previstos nesta lei, compete ao poder público, isoladamente ou por meio de parcerias públicas ou privadas:

I - criar e executar projetos de acesso ao livro e incentivo à leitura, bem como ampliar os projetos existentes;

II - estabelecer parcerias com entidades públicas ou privadas para o desenvolvimento de programas de incentivo à leitura;

III - incentivar a criação e a execução de projetos voltados para o estímulo e a consolidação do hábito de leitura, mediante:

a) revisão e ampliação do processo de alfabetização e leitura de textos de literatura nas escolas;

b) exigência de acervo mínimo de livros nas bibliotecas escolares para autorização de funcionamento de escolas públicas e privadas;

c) incentivo à adoção, pelas escolas públicas e privadas, de obras literárias produzidas no Estado;

d) elaboração, pelos órgãos competentes, de um cronograma de eventos e atividades de incentivo à leitura nas escolas da rede pública estadual;

e) inclusão de quadros para a promoção da leitura e a divulgação de obras de escritores mineiros na programação das entidades de radiodifusão vinculadas à administração pública estadual;

f) desenvolvimento de bibliotecas digitais e inclusão de seu acervo nos sítios eletrônicos oficiais do Estado;

IV - instituir programas regulares de incentivo à exportação de livros produzidos no Estado e à sua venda em feiras e eventos internacionais;

V - criar cursos de capacitação nas áreas de produção, edição e comercialização de livros em todo o Estado;

VI - criar linhas de crédito específicas para as editoras com sede no Estado e para o sistema de distribuição de livros;

VII - elaborar o Plano Estadual do Livro e Leitura, em articulação com a União e os Municípios.

Art. 5º – Para cumprimento do disposto na Lei federal nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, o Poder Executivo consignará em seu orçamento anual verba destinada às bibliotecas públicas para sua manutenção e para a aquisição de livros.

Parágrafo único - Os livros a serem adquiridos serão selecionados a partir de lista com indicações feitas pelos responsáveis diretos pelas bibliotecas públicas.

Art. 6º – É obrigatória a adoção do número internacional padronizado ISBN, bem como da ficha de catalogação, para publicação do livro.

Parágrafo único - O número a que se refere o "caput" deste artigo constará na parte inferior da quarta capa do livro impresso.

Art. 7º – O livro não é considerado material permanente para fins de controle dos bens patrimoniais das bibliotecas públicas.

Art. 8º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de julho de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Ronaldo Magalhães, relator - Dimas Fabiano.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 910/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 910/2007, de autoria do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – a doar ao Município de São Tiago o imóvel que especifica, foi aprovado no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 910/2007

Autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – a doar ao Município de São Tiago o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – autorizado a doar ao Município de São Tiago imóvel com área de 6.517,40m² (seis mil quinhentos e dezessete vírgula quarenta metros quadrados), situado naquele Município, registrado sob o nº 6.954, a fls. 144 do Livro 2-X, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Bom Sucesso.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o "caput" destina-se à implantação de um centro de educação infantil.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do DER-MG se, findo o prazo de três anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 15 de julho de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Ademir Lucas, relator - Dimas Fabiano.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 964/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 964/2007, de autoria do Deputado Délio Malheiros, que obriga as instituições financeiras a advertir os usuários de seus serviços sobre fraudes, foi aprovado no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 964/2007

Obriga as instituições financeiras a informar os usuários de seus serviços sobre fraudes.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam as instituições financeiras localizadas no Estado obrigadas a informar os consumidores sobre as fraudes mais frequentes no uso de seus serviços bem como sobre os cuidados para sua prevenção.

Art. 2º – Para fins do disposto no art. 1º, a instituição financeira adotará um dos seguintes procedimentos:

I – apresentar informação em destaque junto às instruções de uso de seus serviços;

II – disponibilizar informação em sua página na internet;

III – encaminhar correspondência à residência do cliente.

Art. 3º – O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará o infrator às sanções previstas na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 15 de julho de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Ademir Lucas, relator - Dimas Fabiano.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.643/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.643/2007, de autoria do Deputado Gilberto Abramo, que proíbe as empresas que exploram locação imobiliária de cobrar taxas por informações cadastrais do consumidor, foi aprovado no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.643/2007

Torna obrigatória a afixação de cartaz com a transcrição de dispositivo da Lei federal nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam as empresas imobiliárias obrigadas a afixar em suas dependências, em local visível, cartaz contendo a transcrição do art. 22 da Lei federal nº 8.245, de 18 de outubro de 1991.

Art. 2º – O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará o infrator às penalidades previstas nos arts. 56 a 59 da Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de julho de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Ronaldo Magalhães, relator - Dimas Fabiano.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 13/7/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adelmo Carneiro Leão

exonerando Rita de Cassia Gabrielli Souza Lima do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas.

Gabinete do Deputado Djalma Diniz

exonerando Sonia Maria Zanon de Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;

nomeando Matheus Ruben Felício Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando José Augusto Ramalho dos Santos do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PP;

nomeando Anderson Leandro de Souza para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PP;

nomeando Rosmere Gonçalves dos Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Microtécnica Cema Ltda. Objeto: locação de um leitor copiador de microfilmes. Objeto deste aditamento: 4ª prorrogação, com manutenção de preço. Vigência: 12 meses, a partir de 23/8/2009. Licitação: Pregão Eletrônico nº 26/2005. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009 3.3.90.39 (10.1).

TERMO DE Aditamento contratual

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Objeto: contrato de prestação de serviços e venda de produtos entre a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Objeto deste aditamento: Inclusão do Sistema de Postagem Eletrônica Corporativo - SPEC. Vigência: a partir da data de sua assinatura, até o dia 20/1/2010. Licitação: inexigível nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

DESPESAS COM PUBLICIDADE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS NO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2009

Art. 7º da Lei nº 13.768, de 1º/12/2000

Art. 17, parágrafo único, da Constituição Estadual

(Em reais)				
Agência	Abril	Maiο	Junho	Trimestre
Asa Comunicação Ltda	38.699,20	675.822,08	351.494,20	1.066.015,48
Tom Comunicação Ltda	34.787,68	175.688,16	426.209,16	636.685,00
TOTAIS	73.486,88	851.510,24	777.703,36	1.702.700,48

Objeto: Veiculação de anúncios e publicações de matérias institucionais de divulgação do processo de elaboração legislativa e de acompanhamento de políticas públicas.

Agência	Empenhado no Trimestre	Liquidado no Trimestre	Pago no Trimestre
Asa Comunicação Ltda	1.066.015,48	1.066.015,48	945.939,48
Tom Comunicação Ltda	636.685,00	636.685,00	310.545,13
TOTAL GERAL NO 2º TRIMESTRE/2009	1.702.700,48	1.702.700,48	1.256.484,61

Nota: não houve movimentação de restos a pagar relativa a despesas com publicidade.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Dinis Pinheiro, 1º-Secretário.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL								
(Constituição Estadual, art. 73 § 3º, incluído pela EC nº 61 de 23/12/2003)								
Unidade Orçamentária: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS								
2º TRIMESTRE DE 2009								
(Em reais)								
Cargo/Função	ABRIL	Qtde	MAIO	Qtde	JUNHO	Qtde	Total Trimestre	Qtde

								Média
Membros do Poder (*)	3.134.026,26	82	2.704.576,50	82	3.055.130,91	82	8.893.733,67	82
Efetivos	12.129.579,57	1.148	13.186.753,66	1.143	12.444.185,11	1.141	37.760.518,34	1.144
Cargo de Recrutamento Amplo	8.895.583,36	2.245	8.839.729,96	2.257	9.023.977,99	2.272	26.759.291,31	2.258
Inativos	12.019.264,90	888	12.039.020,22	895	11.997.234,36	895	36.055.519,48	893
Pensionistas	112.557,77	18	112.557,77	18	104.717,59	18	329.833,13	18
SUBTOTAL	36.291.011,86	4.381	36.882.638,11	4.395	36.625.245,96	4.408	109.798.895,93	4.395
Patronal	3.665.769,53		3.786.608,83		3.656.886,59		11.109.264,95	
TOTAL	39.956.781,39		40.669.246,94		40.282.132,55		120.908.160,88	
NOTA EXPLICATIVA: Expurgo das despesas de exercícios anteriores classificadas na rubrica: 3.1.90.92								
(*) Os valores relativos aos Membros do Poder referem-se às despesas de caráter remuneratório e de caráter indenizatório.								
Alberto Pinto Coelho, Presidente - Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral - Maria de Lourdes Capanema Pedrosa, Diretora de Recursos Humanos - Antoninho Rodrigues Goulart, Diretor de Finanças e Informática.								

ERRATAS

TERMO DE CONTRATO DE DOAÇÃO

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 14/7/2009, na pág. 46, col. 3, onde se lê:

"Contratado (donatário): Fundação Hospitalar Santo Antônio, do Município de Nova Era", leia-se:

"Contratado (donatário): Município de Nova Era".

ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 14/7/2009

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 16/7/2009, na pág. 59, col. 2, sob o título REQUERIMENTOS, no Requerimento nº 4.260/2009, onde se lê:

"providências para que sejam estudadas", leia-se:

"pedido de providências para que sejam estudadas".